



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14725 - Resumo Expandido - Trabalho - XVII Reunião Regional da ANPEd Centro-oeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 12 - Currículo

## GÊNERO E RAÇA E A DESCONSTRUÇÃO DA COLONIALIDADE DO CURRÍCULO

Ruth Pavan - UCDB - Universidade Católica Dom Bosco

José Licínio Backes - UCDB - Universidade Católica Dom Bosco

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

## GÊNERO E RAÇA E A DESCONSTRUÇÃO DA COLONIALIDADE DO CURRÍCULO

### Introdução

O currículo, impactado pelos estudos de classe desde os anos de 1970, vem sendo afetado também pelos estudos de raça e de gênero nas últimas décadas. É especialmente a partir dos anos 90 do século XX que o campo do currículo passa a ser pensado com base nas diferenças, questionando-se sistematicamente sua perspectiva homogeneizadora e universalista.

Esta perspectiva deve-se ao processo de colonização, no qual os europeus instituíram um padrão de poder baseado em uma suposta hierarquia racial, segundo a qual os brancos são superiores em relação a negros e indígenas. Esse padrão de poder não findou com o fim da colonização; pelo contrário, manteve-se e atualiza-se até os dias atuais. A manutenção e a atualização do poder colonial são denominadas de colonialidade: “A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista” (Quijano, 2010, p. 84). Além da questão racial, ela se articula com a hierarquização em torno das características sexuais e de gênero: “Raça juntamente com os eixos de poder de gênero e sexualidade atuam articuladamente, produzindo desigualdades” (Bernardino-Costa, 2018,

p.123).

Os currículos da educação, que nunca estão dissociados da sociedade, trazem as marcas da colonização e da colonialidade: “Os currículos, tanto da educação básica quanto os de formação docente, ainda são construídos em uma perspectiva colonial e colonizadora, o que significa branco, masculino, eurocêntrico e excludente” (Reis Neto; Grammont; 2021, p.1131). Porém, por maior que seja a colonialidade do currículo, nele sempre há práticas decoloniais presentes.

Nesse sentido, pode-se dizer que os estudos educacionais relacionados a questões de classe e a formas de opressão em torno dela foram protagonistas da desconstrução da colonialidade, ainda que não necessariamente utilizem esse conceito em suas análises. Desde a colonização, produziu-se uma divisão entre humanos e não humanos que tem sido utilizada para justificar as desigualdades: “Nós, colonizadores, brancos, homens autodecretados Humanos, iguais em Humanidade, e os Outros, colonizáveis decretados na desigualdade, mais radicais, in-humanos”. (Arroyo, 2018, p. 1101).

Em termos de luta histórica contra a colonialidade do currículo, também não se pode deixar de destacar o protagonismo do movimento negro brasileiro, que, desde a primeira vinda forçada de escravizados ao Brasil, tem resistido, mostrando a violência física e simbólica presente no processo colonizador, que se mantém por meio da colonialidade depois do fim da colonização histórica. Central para evidenciar que a desigualdade, além de ser produzida pela questão de classe, está umbilicalmente ligada à questão racial, ao racismo no contexto brasileiro, o movimento negro foi e é fundamental para a construção de um currículo antirracista.

Se o movimento negro demonstrou a relação entre desigualdade e raça e a necessidade de um currículo antirracista, os diferentes movimentos de gênero apontam a necessidade de considerar as questões de gênero no currículo e sua relação com as desigualdades. Todos os indicadores mostram que as mulheres são mais exploradas que os homens, trabalham nos empregos menos valorizados, são as primeiras a perderem o emprego em épocas de crise, além de terem geralmente a dupla jornada de trabalho. Para além das questões das desigualdades entre homens e mulheres, há de se destacar que os grupos que não vivem a heteronormatividade são sistematicamente desumanizados e excluídos do processo de escolarização, o que fatalmente acarretará maior desigualdade: “Os significados atribuídos aos gêneros e às sexualidades são atravessados ou marcados por relações de poder e usualmente implicam hierarquias, subordinações, distinções” (Louro, 2011, p. 64).

Todos esses conhecimentos produzidos, seja pelos estudos de classe, pelos estudos de gênero ou pelos estudos de raça, vão complexificando o campo do currículo e contribuindo para que se pense em um currículo da diferença, ou ainda, em um currículo decolonial. Neste trabalho, objetiva-se trazer algumas falas de estudantes de licenciatura que mostram que, nos currículos, apesar da colonialidade, há também reflexões decoloniais.

## Desenvolvimento

A pesquisa de campo foi realizada no segundo semestre de 2021 por meio de entrevistas semiestruturadas com estudantes de cursos de licenciatura de uma universidade localizada no centro-oeste do país. Para a preservação do anonimato, não identificaremos o nome da universidade, tampouco caracterizaremos estudantes, informando apenas o curso de licenciatura que frequentavam quando foram entrevistados.

Como ainda se vivia no contexto da pandemia de COVID-19 em 2021, as entrevistas foram realizadas por meio do Google Meet, com duração aproximada de 30 minutos cada. Foram feitas várias entrevistas, mas, neste resumo expandido, em função do limite de caracteres estabelecido, faremos referência a três falas de estudantes, analisando-as qualitativamente com base nos autores anteriormente mencionados.

Uma das questões que percebemos em nossas entrevistas é a compreensão de que o currículo não pode ser o mesmo para todos os estudantes, pois há muita diversidade:

Eu fico pensando na dimensão do nosso país. Quando falam assim: “base comum curricular”, é uma coisa que vai uniformizar o nosso país. [...] Porque existe muita diversidade. Então, tem certas coisas que vão se enquadrar aqui, no nosso estado, que não vão se enquadrar lá no estado do Amazonas. (Estudante da Licenciatura em História).

Pôr em xeque a uniformização e a padronização é uma questão fulcral para um currículo decolonial, pois a ideia de um currículo unicamente baseado nos conhecimentos, valores e crenças ocidentais é a própria expressão da colonialidade. Quando o currículo “[...] despreza os conhecimentos locais, não ocidentais, as culturas produzidas pelos setores populares, as religiões que não se baseiam na visão cristã de mundo e a diversidade de heranças e memórias, [...] reproduz e perpetua a colonialidade” (Gomes, 2021, p. 437).

Da mesma forma, em sala de aula, ao desenvolver o currículo, é importante o professor atentar à diversidade dos alunos e atuar na perspectiva de educar para que a diferença não signifique inferioridade ou razão para discriminação. Esse posicionamento é fundamental para combater a colonialidade e a imposição de um modo de ser, conhecer e viver como único válido:

Sim, muito importante. Eu acho que, como a gente vai estar dentro de uma sala de aula com vários alunos, de várias maneiras, eu acho que é bom a gente ter essa coisa bem definida e saber que, muitas vezes, você vai se

deparar com isso dentro de sala de aula, que você tem que ter uma postura. É importante você, pelo menos na graduação, se preparar ou, pelo menos, ter uma noção básica. (Estudante de Licenciatura em Ciências Biológicas).

Salientamos que o estudante deu essa resposta ao ser questionado sobre a presença do racismo no currículo. Ele não tem dúvida de que o racismo existe e de que o educador deve posicionar-se, combatendo as práticas racistas. Em um país que ainda vive fortemente o mito da democracia racial, também presente nos currículos, essa fala mostra que a colonialidade do currículo não é absoluta e definitiva e que pode ser questionada e desconstruída. Muitas pesquisas têm apontado que tal mito ainda está muito presente no currículo e no imaginário dos educadores: “Sustentados pela negação enfática da presença do racismo, discriminação ou preconceito na escola e na crença da suposta igualdade racial entre os estudantes, suas falas reverberam a ideologia de uma inexistente democracia racial no Brasil” (Oliveira; Costa, 2020, p. 7). Assim, negar a existência da democracia racial, como fez o estudante, é uma prática decolonial.

Por fim, registramos a fala de um estudante que vê de forma positiva a discussão da diferença em sua formação:

A gente também trabalhou sobre as diferenças, as raças, as etnias, e abordamos outras coisas diferentes, e é uma coisa fundamental que, para mim, tem sido muito bom. A gente ter trabalhado esse conteúdo é uma ótima experiência [...] para aprender como lidar dentro da sala de aula. (Estudante de Educação Física).

Se considerarmos o histórico de padronização e homogeneização do currículo escolar no Brasil, que produziu a ideia de que todos os alunos devem ser tratados como se tivessem a mesma identidade, um estudante falar da importância de aprender a lidar com a diferença na sala de aula é um indicativo de mudança de postura, fundamental para decolonizar os currículos. Essa importância é maior ainda quando reconhecemos que “[...] a afirmação [...] ‘aqui são todos iguais’, resposta à pergunta ‘como você lida com as diferenças na sua sala de aula?’, é recorrente” (Candau, 2012, p. 238), entre os professores.

## **Conclusão**

Como salientamos, em nossa pesquisa, realizamos várias entrevistas com estudantes de licenciaturas. As falas citadas não foram as únicas que indicaram a presença de reflexões decoloniais e o entendimento de que a diferença não deve ser ignorada no currículo.

Concluimos o texto, destacando que a ideia tão recorrentemente trazida pelas pesquisas de Candau (2012), de que os professores costumam afirmar tratar os alunos como iguais, está em processo de transformação. Isso se deve, em parte, às políticas de formação que incluíram a diversidade na formação inicial.

Assim, ainda que a colonialidade do currículo continue mostrando sua força, essa tem sido questionada pelos estudantes de licenciaturas ao afirmarem que as diferenças são positivas e apontarem a necessidade de serem incorporadas no currículo escolar.

**Palavras-Chave:** Currículo. Colonialidade. Decolonialidade. Licenciaturas.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. Reafirmação das lutas pela educação em uma sociedade desigual? In: **Revista Educação & Sociedade**, v. 39, nº. 145, p.1098-1117, Out./Dez., Campinas, 2018.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade, Atlântico Negro e intelectuais negros brasileiros: em busca de um diálogo horizontal. In: **Revista Sociedade e Estado**, v. 33, n. 1, p.117-135, Abr, Brasília, 2018.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. In: **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 118, p. 235-250, Jan/Mar, Campinas, 2012.

GOMES, Nilma Lino. O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas. In: **Revista de Filosofia: Aurora**, v. 33, p. 435-454, Maio/Ago, Curitiba, 2021.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes, 2011.

OLIVEIRA, Miria Gomes; COSTA, Sílvia Regina de Jesus. O mito da democracia racial brasileira no discurso de educadores da RME-Belo Horizonte: Silenciamentos e Ausências. In: **Educação**, v. 45, p. 1-17, Jan/Dez, Santa Maria, 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 84-130.

REIS NETO, João Augusto dos; GRAMMONT, Maria Jaqueline de. Exu nas escolas: rompendo as fronteiras do currículo colonizado. In: **e-Curriculum**, v. 19, n. 3, p. 1131-1155, Jul, São Paulo, 2021.